

Editor-coordenador
Geraldo Bastos
gbastos@grupostarde.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS

RECITA Arrecadação com repatriação já soma R\$ 33,1 bilhões

www.atarde.com.br/economia

CONGRESSO Proposta já foi aprovada em primeiro turno, no último dia 11, por 366 votos contra 111 PEC que limita gastos vai a votação hoje na Câmara em segundo turno

AGÊNCIAS O GLOBO E BRASIL
São Paulo e Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados vota hoje, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece um limite para o aumento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Conhecida como PEC do teto de gastos, a proposta já foi aprovada em primeiro turno, no último dia 11, mas, por se tratar de emenda à Constituição, para ir ao Senado ainda precisa ser aprovada por pelo menos três quintos dos deputados (308 dos 513) em segundo turno. Apresentada pelo governo do presidente Michel Temer como um dos principais mecanismos para reequilibrar as contas públicas, a PEC, ao ser analisada há cerca de duas semanas, foi aprovada por 366 votos a 111.

Jantar para aliados
A fim de garantir a margem de votos necessária para a aprovação hoje, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aliado de Michel Temer, ofereceu ontem um jantar a parlamentares da base de apoio ao governo na sua residência oficial, em Brasília. O ministro da Indústria, Comércio Exterior e



Câmara dos Deputados deve fazer esforço concentrado para votar hoje a PEC 241

Temer aposta na PEC 241 como um dos principais mecanismos para reequilibrar as contas públicas

Serviços, Marcos Pereira, manifestou-se ontem contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241.

Apesar das reações de opositores, para o ministro a classe parlamentar "está madura" para tomar a decisão que é "extremamente necessária para que o Brasil retome o crescimento econômico". Em sua projeção, o número de votos favoráveis pode até ultrapassar a mar-

gem do primeiro turno, no último dia 10, quando a PEC foi aprovada por 366 a 111, havendo duas abstenções.

O ministro fez essa afirmação ontem, após um encontro reservado com investidores e empresários do mercado financeiro, no XP Investimentos, na zona sudeste da cidade.

Na reunião, o ministro foi indagado sobre os rumos da economia e anunciou que o governo está trabalhando

arduamente para conquistar novos investimentos externos e também para ampliar a participação brasileira no exterior.

Neste sentido, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, informou que, nos próximos dias, o Brasil assinará acordo com a Índia, o primeiro do gênero do atual governo com a Ásia. O objetivo é criar regras seguras de investimentos mútuos, explicou. O ministro lembrou que já existem empresas brasileiras instaladas naquele país na área de logística e transporte como a fabricante de caminhões e ônibus Marco Polo.

Marcos Pereira justificou que o Produto Interno Bruto (PIB - a soma de todas as riquezas produzidas pelo país) fechará com resultado negativo em 2016 porque a atual gestão já assumiu o governo dentro de um quadro difícil no país. Mas, em 2017, a tendência é de retomada.

"Nossa expectativa é de todos os analistas é que o ano que vem já vai ter crescimento. A própria peça orçamentária enviada ao Congresso prevê alta de 1,6%. Há alguns otimistas que falam em 2%. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que é muito mais conservador, fala em 0,5%", afirmou.

Proposta pode prejudicar políticas sociais, afirma CMN

DIANA TOMAZELLI
Estadão Conteúdo, Brasília

A adoção de um teto para os gastos da União vai prejudicar os repasses para políticas sociais executadas pelas prefeituras, disse ontem o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Segundo ele, a disputa por recursos dentro do orçamento federal impedirá que os valores transferidos aos municípios sejam corrigidos ao menos pela inflação.

"Oremédio que estão aplicando é muito forte e pode matar uma área muito importante, que é a social. Os prefeitos já estão em situação precária, faltam condições de aplicação da lei. Isso vai afetar o cidadão que precisa de coisas singelas, mas fundamentais, como farmácia básica. Os valores (repasados) já estão defasados e não vão ter correção nos próximos 10 anos", disse.

Programas
Hoje, as prefeituras são responsáveis pela execução de aproximadamente 390 programas do governo, como Saúde da Família, farmácia popular, creches e transporte escolar. "Não há dinheiro novo, não vai se sustentar nem o que está aí. A população vai pagar muito caro por crise que estamos vivendo", acrescentou Ziulkoski.

BAHIA GOVERNO DO ESTADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 004/2016
Pregão Eletrônico nº 004/2016, de 11/10/2016, em Brasília, Distrito Federal, órgão interessado: SECULT - BA. Local: site www.licitacoes.com.br. Objeto: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos...
SECULT

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
RESULTADOS DE LICITAÇÃO: TORNA PÚBLICO o resultado do PP 20/16, menor preço, objeto: confecção de materiais gráficos para a educação...
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

TRIBUNAL
TCU vai julgar devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES

FÁBIO FABRINI E DIANA TOMAZELLI
Estadão Conteúdo, Brasília

Aguardada pela equipe econômica como alternativa para reduzir a dívida pública, a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional deve receber o aval do ministro Raimundo Carreiro, relator da matéria no Tribunal de Contas da União (TCU). O julgamento sobre a regularidade da transação está previsto para amanhã.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que o ministro ainda trabalha nos últimos detalhes do voto que será proferido em plenário, mas a posição de Carreiro deve seguir a manifestação favorável da área técnica. Segundo os auditores do TCU, a operação pretendida pelo governo "não parece se enquadrar" no artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que proíbe o recebimento antecipado de valores de instituições controladas pela União.

O plano do governo é reaver R\$ 100 bilhões dos mais de R\$ 500 bilhões repassados ao banco de fomento desde 2009. Desse total, R\$ 40 bilhões seriam pagos este ano. Outras duas parcelas de R\$ 30 bilhões entram em 2017 e 2018.

Criado a operação seja concretizada, a área técnica do TCU listou uma série de determinações que deverão ser seguidas pelo Ministério da Fazenda. Entre elas está a "ampla divulgação" das razões da operação e do método de pagamento escolhido, em recursos financeiros ou títulos federais.